

Acordo com bancos pode sair na segunda

Milliet discute amanhã com os credores os juros e spreads que o País irá pagar

CLAUDIO LESSA
Especial para o CORREIO

Nova Iorque — Um dia depois de a moratória brasileira completar um ano de idade, o Brasil mantém uma reunião de emergência (amanhã) com os banqueiros credores norte-americanos e europeus para definir pelo menos dois pontos considerados cruciais pelo ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega: Taxa de juros e "spread" (taxa de risco), que servirão de base a um novo acordo.

Se eles forem definidos de maneira satisfatória, o Brasil paga os 580 milhões de dólares dos juros vencidos em janeiro e já começará a pensar no pagamento de fevereiro — algo em torno de 200 milhões de dólares, segundo o ministro da Fazenda, Mailson da Nóbrega.

O ministro almoçou ontem com a "nata" dos credores norte-americanos em Nova Iorque.

Na entrevista coletiva realizada depois dos contatos de Mailson da Nóbrega em Nova Iorque (além dos banqueiros, ele também manteve reuniões em separado com Gerald Corrigan, principal figura do Federal Reserve Board — o banco central norte-americano — em Nova Iorque, John Landers, do Manufacturers Hanover Trust e John Reed, do Citicorp), o ministro revelou que no almoço todos os banqueiros disseram querer ajudar o Brasil) vários deles disseram

que nunca deixaram de confiar no País.

O ministro da Fazenda disse ter deixado claro aos comensais que o "spread" oferecido pelos bancos, de 0.875 (14/16), não é suficiente, e quer uma redução ainda maior. Mailson não quis mencionar números, nem quanto ao "spread" nem quanto à taxa de juros, dizendo que "é melhor deixar isso para a mesa de negociação". Quando perguntado sobre um montante de empréstimos dos bancos (o Brasil pediu em torno de 7 bilhões, os bancos ofereceram em torno de 5 bilhões de dólares), Mailson disse que um número mínimo aceitável existe, mas ele também não revela qual é, por motivos óbvios.

A saída, Rhodes declarou que "as negociações continuam num bom ritmo, e um acordo deve sair nas próximas semanas. É claro que gostaríamos de receber os juros o mais depressa possível".

O anúncio da evolução das negociações — com o provável pagamento da parcela restante dos juros vencidos de janeiro — não significa, segundo o ministro, que isso, seja o fim da moratória. Para isso, seria necessário haver uma resolução do Banco Central anulando a que instituiu o câmbio centralizado há um ano atrás. Em termos de barganha, o Brasil só está disposto a suspender tecnicamente a moratória quando as negociações evoluírem ainda mais e chegarem ao "term sheet", ou seja, o rascunho do acordo,

em todos os seus pontos.

Segundo as expectativas de Mailson da Nóbrega, um acordo só deve ser esperado para o final de março.

Uma vez conseguido o acordo, ainda segundo o ministro, e até que os desembolsos sejam efetuados, o Brasil vai necessitar de um empréstimo-ponte. "O Brasil não pode comprometer suas reservas para saldar as dívidas do segundo trimestre", disse ele, acrescentando que "o valor, nesse caso, é meramente técnico, não tendo sido nem discutido". Contudo, a necessidade de tal cobertura foi levantada durante o almoço com os banqueiros, da mesma forma que o assunto foi mencionado em Washington.

O presidente do Banco Central, Fernando Milliet, disse que não pretende permanecer em Nova Iorque além de meados da próxima semana, e o diretor da área de dívida externa do BC, Antônio de Pádua Seixas, afirmou que precisa retornar em breve ao Brasil para uma cirurgia dentária.

NORMALIZAÇÃO

Mailson da Nóbrega acrescentou que "o que o Brasil está procurando é uma normalização de suas relações com o sistema financeiro internacional, de uma forma tal que se preserve seu nível de reservas".

Uma fonte ligada ao ministro da Fazenda afirmou que do jeito que as coisas estão caminhando, "tudo indica que teremos um bom anúncio para fazer na segunda-feira".